

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.747.271 - MG  
(2020/0213650-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE : SOCIEDADE BENEFICENTE SAO CAMILO**  
**ADVOGADOS : MÁRIO DE SOUZA AGUIRRE - MG117834**  
**KATIA REGINA DE OLIVEIRA ROCHA - MG080734**  
**LILIAN MORAIS GUIMARÃES - MG163294**  
**FERNANDA ABREU DE FREITAS - MG154892**  
**EMBARGADO : L C B (MENOR)**  
**EMBARGADO : K K S B (MENOR)**  
**EMBARGADO : L K B**  
**EMBARGADO : L M B (MENOR)**  
**EMBARGADO : C B - POR SI E REPRESENTANDO**  
**EMBARGADO : R M L - POR SI E REPRESENTANDO**  
**ADVOGADO : PAULO RENATO ALVES ZULATO - MG094386**

### **DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos por SOCIEDADE BENEFICENTE SAO CAMILO em face da decisão que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, em razão da aplicação de súmulas de admissibilidade recursal, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante que a decisão embargada padece de omissões, quais sejam:

(1) quanto à primeira tese do apelo nobre, a insurgência recursal da ora Embargante não se relacionou à inversão do *onus probandi*, sendo, de forma diversa, referente à negativa da prova pericial em processo onde sua produção se afigura absolutamente indispensável; e

(2) sobre a segunda tese do recurso especial, arguiu-se que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais violara o artigo 1.015 do CPC, vez que entendeu que a ora embargante, por haver interposto recurso de agravo de instrumento quanto ao indeferimento de prova pericial, estaria, em razão da preclusão consumativa, impedida de discutir a matéria em sede de apelação.

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Sobre a incidência da Súmula n. 7/STJ, verifica-se que os argumentos da parte embargante pretendem, em verdade, a rediscussão da fundamentação aplicada, inexistindo omissão nesse ponto.

Registre-se que "não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13.8.2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28.6.2007". (EDcl nos EDcl no REsp 1642531/SC, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 22/4/2019.)

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Quanto à segunda tese defendida no especial, com amparo na alegada afronta ao art. 1.015 do CPC, merece parcial acolhimento o recurso integrativo, apenas para constar que ela se refere à ocorrência ou não da preclusão consumativa quanto à prova pericial. Todavia, tal argumento não foi apreciado pela Corte Estadual mesmo com a oposição dos embargos declaratórios na origem, motivo pelo qual permanece a incidência da Súmula n. 211/STJ nesse ponto.

Ante o exposto, acolho parcialmente dos embargos de declaração, na forma acima explicitada, sem efeitos modificativos, e advirto a parte embargante sobre a reiteração deste expediente, sob pena de pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos versando sobre o mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente